



## PREFÁCIO

<b>VALIDAÇÃO DE REGISTRO DE DADOS EM DISPOSITIVO MÓVEL DE PROTOCOLO DE PREVENÇÃO DE PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO MECÂNICA.....</b>	<b>179</b>
<b>COBERTURA DE EXAMES DE PAPANICOLAU EM UMA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE PORTO ALEGRE/RS.....</b>	<b>203</b>
<b>O TRABALHO EM EQUIPE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: apontamentos a partir do programa de melhoria do acesso e da qualidade na atenção básica.....</b>	<b>221</b>
<b>VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO CURRICULAR DE ENFERMAGEM: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....</b>	<b>237</b>
<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>253</b>

Ao aceitar o desafio de escrever algumas palavras iniciais para apresentar este número especial Enfermagem/UFRGS da Coleção Cadernos da Saúde Coletiva, já prenunciava que estaria diante de um volume de trabalhos interessantes e extremamente importantes para o conhecimento nesta área.

O compromisso e a responsabilidade dos alunos e professores ficam aqui registrados como testemunho do alcance de um dos objetivos que temos na formação profissional: desenvolver o espírito investigativo do aluno associado a um olhar crítico, reflexivo das realidades em saúde, acompanhados do desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade de discernimento. Pode-se comprovar com trabalhos como os desenvolvidos na atenção básica sobre uso de psicofármacos, consulta de enfermagem, tecnologia em saúde, gestão de desempenho, cuidados com registros, prontuários, a importância do trabalho em equipe, do cuidado à criança, à mulher e ao idoso, e a preocupação com a espiritualidade e com os cuidados paliativos.

Além disso, ressalta-se a importância de apoiar publicações científicas recém-iniciadas, como é o caso da Coleção Cadernos da Saúde Coletiva, criada pela Associação Brasileira Rede Unida em 2013. Esta iniciativa dos autores, que submeteram seus trabalhos para publicação neste número especial, demonstra seu compromisso em incentivar a disseminação do conhecimento, que pode contribuir para a contínua busca de qualificação que vem sendo liderada pelos editores de publicações científicas. O apoio de autores, por meio da submissão de trabalhos, é indispensável para essa qualificação no meio científico.

Esta edição com certeza oferece ao leitor a oportunidade de conhecer, por meio da variedade de temas, alguns dos caminhos investigativos evidenciados durante a formação em Enfermagem, que podem conduzir a ações para intervenção e mudanças na realidade de saúde de pessoas, comunidades e organizações.

Que as leituras e os olhares do que vão encontrar incentivem mais alunos e professores a desbravar o universo dos serviços de saúde, e que sejam capazes de apontar, desde as mais simples ações, novos caminhos para a melhoria da qualidade de vida dos usuários, dos profissionais e dos processos de trabalho em saúde.

Boa leitura!!!!

*Eva Neri Rubim Pedro*  
Diretora da Escola de Enfermagem da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



## UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE POR USUÁRIOS DE PSICOFÁRMACOS: seguimento de um ano em uma unidade básica de saúde

*Gabriela Vieira Soares*

*Elizeth Heldt*

### Introdução

A magnitude dos problemas de saúde mental e a impossibilidade de seu cuidado ficar sob responsabilidade exclusiva de especialistas é um fato desde as décadas de 1970 e 1980 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1984). Desde então, também no Brasil, as políticas públicas de saúde preconizam a descentralização dos serviços existentes, a integração de serviços psiquiátricos em unidades de cuidados gerais e a formação de cuidadores não especializados (BRASIL. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2001; TONINI; KANTORSKI, 2007).

Atualmente, a política de saúde mental é norteada pela lei da Reforma Psiquiátrica, com base nas práticas articuladas em uma rede de serviços de saúde, delimitada por território de abrangência. A lei da Reforma Psiquiátrica foi sancionada em 6 de abril de 2001, dispondo sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionando o modelo assistencial em saúde mental. O principal intuito dessa lei é a desinstitucionalização dos portadores de transtornos mentais, passando o cuidado para os serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e programas de saúde mental em atenção básica (BRASIL. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2001). A política de Saúde Mental aponta o CAPS como dispositivo estratégico, mas é a atenção básica o lugar